

O póscolonialismo e a literatura inglesa

Postcolonialism and the english literature

Daise Lilian Fonseca Dias

Professora da Universidade Federal de Campina Grande

Doutora em Literatura e Cultura (UFPB)

RESUMO

Os Estudos Póscoloniais surgiram no cenário internacional em meados dos anos 1970 e analisam, dentre outros pontos, as complicadas relações entre Metrópole e Colônia, entre Colonizador e Colonizado, nos contextos colonial e/ou imperial, descortinando aspectos obscuros que envolvem tais relações e suas construções históricas. Este artigo objetiva discutir elementos importantes dentro dos debates acerca do póscolonialismo, tais como, identidade, diferença, discurso, poder, as controvérsias acerca do termo “póscolonialismo” e seus diferentes significados, dentre outros. Além disso, aborda a representação do outro racial em obras clássicas da literatura inglesa, tanto aquelas que seguem as ideologias imperialistas quanto a que subverte tal prática, tal como *O morro dos ventos uivantes*.

Palavras-chave: Póscolonialismo, literatura, sociedade.

ABSTRACT

Postcolonial Studies emerged in the international scenario in the 1970s and they have analyzed, among other issues, the complicated relations between the Metropolis and the Colony, the Colonizer and the Colonized, in the Colonial and/or Imperial contexts, revealing obscure aspects that involve such relations and their historical aspects. This paper aims to discuss important elements concerning postcolonialism, such as, identity, difference, discourse, power, and the controversies related to the term “postcolonialism” and its different meanings, among other issues. Besides, it approaches the representation of the racial other in Classical English literary works, that is, those that follow the imperialist ideologies and one that subverts such practice, such as *Wuthering Heights*.

Keywords: Postcolonialism, literature, society.

Alguns dos principais objetivos dos Estudos Póscoloniais são: trazer à tona o contexto dos povos marginalizados e oprimidos que foram afetados pela experiência da colonização, em uma tentativa de fazer conhecida a sua história e a sua voz; preservar e destacar a literatura produzida pelos povos submetidos ao colonialismo, frequentemente considerados selvagens, primitivos e iletrados pelos colonizadores. Os Estudos Póscoloniais questionam o cânone literário ocidental que tem excluído autores – inclusive mulheres escritoras, o que constitui uma bandeira de luta entre os Estudos Feministas e os Estudos Póscoloniais - de países à margem do continente europeu. Além disso, os Estudos Póscoloniais analisam textos da Metrópole (o Império), denunciando a forma como os povos considerados inferiores pelos europeus são retratados em contraste com o homem branco e cristão europeu.

É importante destacar que os Estudos Póscoloniais discutem experiências relacionadas com identidade, diferença, escravidão, migração, representação, supressão, resistência, raça, lugar, gênero e responde aos influentes discursos da Europa imperial, tais como a filosofia, a história, e a linguística, bem como às experiências fundamentais da fala e da escrita pelas quais tudo isso vem a existir. Ashcroft, Griffith e Tiffin (2004) lembram que nenhum dos pontos acima mencionados é póscolonial em sua essência, mas juntos eles formam o complexo tecido desse campo de estudo.

Os Estudos Póscoloniais, portanto, buscam analisar, dentre outros pontos, relações de poder em várias esferas – a econômica, a política, a literária, por exemplo - existentes entre (ex)colonizadores e (ex)colonizados, países que foram metrópoles imperialistas e (ex)colônias, temática recorrente em textos literários e não-literários advindos de ambos os lados, isto é, o do que promoveu o colonialismo e o do que foi vítima dele. Esses estudos têm também a tarefa de fazer compreender o alcance do termo *póscolonialismo*. As flutuações dos significados de colonialismo e imperialismo lançam questões pertinentes sobre o que vem a ser o “póscolonial”. Ashcroft, Griffith e Tiffin (2004, p. 2, tradução nossa) afirmam que o termo:

“pós-colonial” é ressonante com toda a ambiguidade e complexidade das muitas diferentes experiências culturais que ele implica, [...] dirige-se a todos os aspectos do processo colonial do início do contato colonial. Os críticos pós-coloniais e os teóricos deveriam considerar as implicações completas de restringir o significado do termo para “após-colonialismo” ou “após-independência”. Todas as sociedades pós-coloniais estão ainda sujeitas de uma maneira ou de outra a formas sutis de dominação neocolonial, e a independência não tem resolvido o problema.”

A discussão sobre o emprego do prefixo “pós” tem provocado acalorados debates, especialmente porque se as diferenças da era colonial ainda não foram apagadas, é talvez prematuro proclamar o fim do colonialismo, sobretudo porque, no entender de Lomba (1998), um país pode ser tanto póscolonial (formalmente independente) quanto neocolonial (dependente econômica e/ou culturalmente da metrópole imperialista). Isso acontece em virtude da nova ordem global, a qual não depende da dominação territorial direta. Pode-se, portanto, pensar no póscolonialismo não apenas como posterior ao colonialismo, mas como uma contestação da dominação colonial e dos legados do colonialismo. Ou ainda compreendê-lo como uma forma de contestação, por parte de grupos, pessoas ou indivíduos dissidentes e oprimidos por esses sistemas, e não apenas como uma localidade ou uma ordem social. Entretanto, é interessante destacar a visão de McClintock (1994) sobre a controvérsia que existe relativa à escrita de *Pós-colonialismo* com hífen. McClintock acredita que escrever *Pós-colonialismo* dessa maneira, reduz as culturas dos povos vítimas da colonização a um tempo preposicional, porquanto o termo confere ao colonialismo o prestígio de história

socialmente aceitável e o torna o fator determinante da história. Sendo assim, outras culturas compartilhariam apenas uma relação cronológica, preposicional com uma época eurocêntrica que já acabou (pós-), ou ainda não iniciada (pré-). Tais culturas seriam marcadas não positivamente pelo que as distingue, mas por uma relação retrospectiva, subordinada, e linear, em relação ao tempo europeu. Contudo, a ideia imperial de tempo linear, progresso e perfeição são também questionados pelos Estudos Póscoloniais. Portanto, MacClintock (1994) defende que o conceito de *Pós-colonial* escrito dessa forma é assombrado pela figura do desenvolvimento linear e, metaforicamente, marca a história como uma série de estágios ao longo do tempo partindo de *o pré-colonial*, *o colonial*, *o pós-colonial*, ou seja, mostra um compromisso com o tempo linear e a ideia de desenvolvimento.

Além disso, McClintock afirma que algo extremamente problemático é a ruptura histórica sugerida pela preposição *pós-*, uma vez que não representa apropriadamente as continuidades e descontinuidades do poder que molda os legados dos impérios coloniais britânico e europeu - sem mencionar o árabe, o japonês, o chinês, e outros poderes imperiais. Portanto, se

“a *teoria* pós-colonial tem procurado desafiar a grande marcha do historicismo do ocidente com sua carga de binarismos (eu-outro, metrópole-colônia, centro-periferia etc.), o termo *pós-colonialismo* todavia reorienta o globo uma vez mais em torno de uma única oposição binária: colonial, pós-colonial” (McCLINTOCK, 1994, p. 292; tradução nossa).

Segundo Ashcroft, Griffith e Tiffin (2004), a teoria póscolonial existe muito antes que esse nome, em particular, fosse usado para descrevê-la como tal, uma vez que os povos colonizados vieram a refletir sobre a necessidade de expressar a tensão que surgiu da problemática das relações coloniais e as contestaram desde os primeiros contatos coloniais, um exemplo disso é a autobiografia do ex-escravo Ouladah Equiano (1745 –97), intitulada *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the African* (1789), escrita com apoio de nobres ricos ingleses contrários à escravidão. Foi nessa mistura de linguagem imperial e de experiência local que a teoria póscolonial veio a existir. Obviamente que ela não parte exclusivamente dos povos colonizados.

Assim, para Cashmore (2000), o discurso póscolonial é também um produto em grande parte das academias europeias e americanas, e

“lida não somente com as antigas colônias que conquistaram a independência depois da Segunda Guerra Mundial, mas também com a experiência dos descendentes dos habitantes desses territórios e suas experiências nos centros metropolitanos dos poderes coloniais do 'Primeiro Mundo'. Contudo, ao integrar-se como 'teoria', o discurso pós-colonial tornou-se propriedade das academias ocidentais (dominadas pelos homens), ainda que as obras tenham sido escritas por acadêmicos de herança não-ocidental” (CASHMORE, 2000, p. 435).

Uma das críticas do póscolonialismo é Carol Boyce Davies, que se opõe a ele em vários termos, “incluindo o fato de que a sua formulação é excessivamente prematura, a-histórica e que remasculiniza e recentraliza os discursos a que as mulheres resistem” (CASHMORE, 2000, p. 435).

Em 1978, quando o escritor palestino Edward Said publicou *Orientalism* (2003), ele inaugurou de forma sistemática a crítica póscolonial. Nessa obra, Said levanta questões políticas, tais como: que sorte de energias intelectual, estética e cultural estavam envolvidas na fabricação da tradição imperial; como a lexicografia, a filologia, a biologia, a história, a escrita de romances, a poesia lírica, a política e a teoria

econômica vêm a serviço da ampla visão de mundo que se passa dentro do Orientalismo. Said discute através de textos literários e não-literários, a maneira como o ocidente se apropria do oriente e fabrica uma imagem outremizada e estereotipada do povo daquela região e de sua cultura - o que envolve a religião, a língua, os costumes, dentre outros. Ele também levanta questões sobre como se representa uma outra cultura; o que é outra cultura; diferenças culturais, religiosas e raciais; e como as ideias adquirem autoridade, normalidade e até o *status* de verdade.

As questões discutidas por Said (2003) são importantes uma vez que o esforço por controle de território é parte da história produzida pelo encontro colonial, assim também é o esforço sobre o significado histórico e social. O autor em tela denuncia o posicionamento do ocidente, isto é, das grandes potências imperiais, principalmente as europeias Inglaterra e França, e os Estados Unidos em sua influência crescente a partir do pós-guerra, na maneira de lidar com o desconhecido e com o pseudoconhecido, representado pelo oriente, especialmente porque essas nações foram responsáveis pela criação de um discurso enviesado, carregado de ideologias da suposta superioridade do ocidente *versus* a também suposta inferioridade do oriente, reduzindo-o a um apanhado de imagens fabricadas sobre esse *outro* na tentativa de divulgação e cristalização da própria imagem de superioridade.

Said (2003) é influenciado por Foucault (2009) em relação à conexão discurso e poder. Deve-se considerar que o sujeito altera seu modo de ser e de agir de acordo com o discurso vigente. Assim, pode-se dizer que o poder interroga, registra e institucionaliza a busca pela verdade. Foucault investiga as relações entre discurso e poder, sobre que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos poderosos, uma vez que produzir verdade é uma necessidade do poder. Para Foucault, poder é um jogo de forças reversível. Ele acredita que o conhecimento não é inocente porque está profundamente ligado à atuação do poder, conforme mostra o discurso colonial tanto visto quanto produzido e circulado pelos europeus em relação a si mesmos e em relação aos *outros* raciais, seja na Europa, seja no resto do mundo, mas, principalmente, nas colônias.

Para Cashmore (2000, p. 173-174) o discurso colonial “acentua o papel de dominação, exploração e banimento envolvidos na construção de qualquer artefato cultural, incluindo conhecimento, linguagem, moral ou atitude”. O sentido da análise de Cashmore acerca do discurso colonial deriva do pensamento de Foucault sobre o poder exercido por meio das práticas discursivas, como por exemplo, o discurso, a escrita, os conhecimentos (textos) como opostos à força coercitiva. Assim, o discurso é constituído de práticas comunicativas e representacionais, as quais são uma forma de poder. Portanto, questionar o discurso revela a história como um palimpsesto - algo a respeito do qual as impressões originais são destruídas para dar lugar a outras impressões, no lugar de uma única narrativa para descrever a realidade. Os analistas do discurso examinam as artes da descrição, em particular a literatura.

A ideia central da análise do discurso colonial é a de que o modo como se formula ou se representa o passado molda a compreensão que se tem do presente. A elevação da importância do papel do discurso, estendendo o alcance imperial e solidificando o domínio colonial, permite que as pessoas sejam mais capazes de esclarecer o papel desempenhado pela cultura, o que envolve ideias, estética, valores e outros itens relativamente autônomos das esferas política e econômica, na perpetuação de diferentes tipos de dominação na era póscolonial.

Ao discutir a questão do poder e do discurso colonial, Said (2003) dá um novo rumo aos estudos sobre o colonialismo, visto que a literatura e demais textos culturais que ele analisa ajudaram a consolidar a maneira como o ocidente enxerga e *entende* o oriente e a si mesmo, o que contribuiu para facilitar o processo de manutenção do poder colonial, tanto nas metrópoles quanto nas colônias. A análise de Said sobre as relações

entre ocidente e oriente são úteis para a compreensão das relações entre a Europa e o resto do mundo, dentro e fora do universo literário. Para ele

“tais textos [a literatura e demais textos culturais] podem criar não apenas conhecimento, mas também a própria realidade que eles aparentemente descrevem. Assim, tais conhecimentos e a realidade produzem uma tradição, ou o que Michel Foucault chama de discurso, cuja presença ou peso material, não a originalidade de um certo autor, é realmente responsável pelos textos produzidos” (SAID, 2003, p. 94, tradução nossa).

Ao analisar textos de autores respeitados em diversas áreas, Said (2003) confere grande importância ao poder exercido pelas ideias de críticos e intelectuais do ocidente e os conecta a estruturas de pensamento que agem em suas respectivas sociedades, visto que a representação do oriente atingiu o objetivo das metrópoles imperiais que era o de criar uma dicotomia entre a Europa e os *outros*. Essa postura possibilitou a consolidação da cultura europeia, pois ensinou os europeus a compreenderem-se como superiores e donos de qualquer terra por eles *descoberta*, como também moldou a sua atuação nas colônias orientais e não orientais, através da estereotipia e da marginalização dos nativos.

Por essa razão, Said (2003) mostra que o *status* conferido pela noção de conhecimento e as relações entre o ideológico e a realidade misturam-se na construção e atuação do poder. Entretanto, ele não sugere que os europeus proferiram apenas inverdades, ou que eles não gostavam dos povos não-ocidentais e das suas culturas. Na realidade, Said afirma que havia um fascínio por parte dos europeus em relação ao Oriente. O problema estava na concepção que eles tinham sobre a necessidade de apropriarem-se da região, e descrevê-la – em geral, equivocada e enviesadamente – para atingir interesses próprios, pois as relações entre Oriente e Ocidente não poderiam ser inocentes e objetivas, já que estavam sendo (re)produzidas pelos que detinham o poder colonizador.

Desde o lançamento de *Orientalism*, estudos sobre o ponto de vista colonial têm analisado uma gama de textos e práticas em diversos campos, tais como, mapas, museus, cinema, literatura, diários de viagens, dentre outros, na tentativa de desconstruir a imagem estereotipada do *outro*, representada sob o viés ideológico do olhar colonial, como no romance de Charlotte Brontë, *Jane Eyre* (1847), através da mulher louca da colônia, trancafiada no sótão da mansão do marido inglês, Bertha Mason. Contudo, o crítico indo-britânico Bhabha não considera *Orientalism* engajado com as consequências da experiência colonial e/ou até com a história e as motivações da resistência anticolonial. Outra crítica ao livro de Said é que ele não expõe a luta dos povos vítimas do colonialismo, mas apresenta uma visão homogeneizada do ocidente (ASHCROFT, GRIFFITH e TIFFIN, 2004).

De qualquer modo, em *Orientalism*, Said discute a imagem que o mundo ocidental tem do oriental, a qual foi construída por escritores, poetas, historiadores e estudiosos ao longo de vários séculos. O autor utiliza-se de documentos produzidos por intelectuais europeus, tais como documentos oficiais, romances, dentre outros, sobre a cultura e a história orientais para mostrar a construção do Oriente pelo Ocidente. Said mostra como as formas de escrita ocidental constroem um sistema de afirmações e pressupostos que constituem um suposto saber e pelos quais se constrói o *conhecimento* sobre o Oriente. No entender de Bonnici

“Para Said, as representações do Oriente (ou Orientalismo) feitas pelo Ocidente levam consciente e deterministicamente à subordinação. Percebe-se, de fato, um discurso etnocêntrico repressivo que legitima o controle europeu sobre o Oriente através do estabelecimento de um *construto*

negativo. A esperteza, o ócio, a irracionalidade, a rudeza, a sensualidade, a crueldade, entre outros, formam esse *construto*, em oposição a outro *construto*, positivo e superior (racial, democrático, progressivo, civilizado etc), defendido e difundido pela cultura ocidental. Encontra-se nesse ponto, a *hegemonia* do discurso ocidental” (BONNICI, 2005b, p. 225).

É importante considerar que os registros da experiência colonial não aconteceram de maneira aparentemente unilateral, como dizem que a obra de Said (2003) deixa subentendido. Ademais, há de se considerar que Said (1994) debruça-se também sobre textos literários e teóricos póscoloniais, e, mesmo em *Orientalism*, bebe na fonte do teórico martinicano Fanon.

Embora textos literários ou não que tratam da questão póscolonial - enquanto resposta e denúncia à opressão imposta pela experiência colonial - existam bem antes do término da dominação formal das colônias, o século XX, viu nascer uma grande quantidade de pensadores de colônias e ex-colônias, cujo papel central foi denunciar e propor mudanças para a situação dos povos vítimas da colonização. Os textos deles reafirmam a importância do intelectual nativo no processo de descolonização dos povos vítimas do colonialismo. Além de Said, alguns deles são: Fanon, Bhabha, e Spivak.

Frantz Fanon é considerado o primeiro grande teórico do anti-imperialismo, embora tenha sido aluno de Césaire. Fanon foi um controverso teórico do papel da violência nos processos de libertação das periferias, é uma referência nos debates sobre o fim dos impérios coloniais, bem como sobre reabilitação política, cultural e psicológica de povos colonizados. Seus textos questionam as desigualdades e a opressão resultantes do sistema colonial. Em suas obras, ele analisa as relações coloniais dentro do contexto dialético império-colônia e afirma que o colonialismo:

“nunca cessou de afirmar que o Negro é um selvagem; e para o colonizador, o Negro não era nem um angolano nem um nigeriano, porque simplesmente se referia a ele como 'o Negro'. Para o colonialismo, este vasto continente [a África] era a habitação de selvagens, um país [sic] permeado de superstições e fanatismo, destinado ao escárnio, julgado pela maldição de Deus” (FANON, 1994, p. 38; tradução nossa).

Fanon tornou-se reconhecido como a voz do outro lado do colonialismo, ou seja, da sua margem mais sofrida, a África. O principal destinatário da sua retórica é o 'outro', a quem tentava fazer compreender a dramaticidade do fenômeno colonial, segundo Cabaço e Chaves (2004).

Em sua teoria da descolonização Fanon avalia que o colonizador criou a figura do colonizado, o qual está fadado a destruí-lo – por causa da experiência de opressão que sofreu -, libertando-se e libertando-o. Contudo, as implicações dessa destruição, que inclui a extinção da condição de ambos, isto é, do colonizador e do colonizado, e a violência têm um papel de destaque no processo de descolonização. Para Fanon, o colonizador reduz o colonizado a um dos elementos da natureza que caracteriza a colônia, ou seja, ele é chamado de “indígena”, e essa nomenclatura o coloca entre o mundo civilizado e o mundo animal, no qual prevalecem os “instintos primários e a barbárie, uma espécie de homem primitivo destituído de história, sem moral, despido de valores, cuja cultura é degradada a rotinas comportamentais supersticiosas”, como destacam Cabaço e Chaves (2004, p. 74).

As considerações acima sobre o relacionamento entre o colonizador e o colonizado ilustram o que acontece com Heathcliff e com os que o oprimem em *O morro dos ventos uivantes* (1847), de Emily Brontë, embora essa obra subverta a representação das relações coloniais (DIAS, 2011). Vítima das ideologias de raça e de classe da sociedade inglesa, o cigano estrangeiro sofre a desqualificação do seu

idioma; é classificado como subumano; é reduzido à condição de servo – isso significa que praticamente se torna um escravo, já que passa a trabalhar sem receber salário, e é tratado como tal. Porém, a chegada à vida adulta e à vida em um ambiente fora dos limites das duas propriedades antagônicas da obra, O Morro dos Ventos Uivantes (local onde habitava o personagem em tela juntamente com os Earnshaw) e Thrushcross Grange (a propriedade dos vizinhos ricos, os Linton), permite que Heathcliff liberte-se das amarras da subalternidade, tanto no aspecto psicológico (pois não se comporta mais como um ser inferior e degradado) quanto economicamente (uma vez que, após três anos em local inderterminado, retorna rico e utiliza-se da violência física e verbal para dominar os que o dominaram no passado).

De acordo com Fanon (2004), o colonizado é não só vítima da exploração do seu trabalho como também é portador de um complexo de inferioridade que é interiorizado e o leva à negação da própria condição de negro ou árabe, por exemplo, ou até mesmo à renúncia da própria identidade, resultante de um fenômeno induzido pela violência. O colonizado é levado a crer que os aspectos negativos da sua existência social são resultantes da sua *inferioridade*, enquanto que os aspectos positivos da condição do colonizador é decorrência da sua *superioridade*. Assim, a frustração e a repressão levariam o colonizado à violência na busca pela liberdade.

Fanon defende, ainda, que a imobilidade na qual o nativo está fixado o leva à violência, a qual o crítico considera uma força purificadora. Deve-se considerar que as relações coloniais são marcadas por atos violentos primeiramente do regime colonial, o que levaria à contraviolência do nativo na tentativa de aniquilar o colonizador, privando-o da realização do seu desejo de aniquilar o colonizado. A reação do nativo através da violência é vista com bons olhos por Fanon, especialmente porque transformaria os rebelados em uma espécie de corrente unida contra a violência inicial do colonizador, o que os levaria à libertação.

Ao discutir as implicações culturais resultantes do colonialismo e da luta anticolonialista, Fanon (2004) discorre sobre três fases experimentadas pelo nativo durante a ocupação colonial. A primeira, é chamada de *fase de assimilação*, na qual o intelectual nativo demonstra haver assimilado a cultura do colonizador. Em virtude disso, escreveria sobre temas e nas formas literárias do país colonizador, de modo que sua inspiração é contaminada pela cultura europeia. A segunda fase, Fanon chama de *cultural nacionalista*. Nesta, o intelectual nativo consciente da sua identidade, reage contra o projeto de assimilação que o europeu tenta lhe impor. Mesmo assim, suas tentativas de recuperar e reintroduzir as tradições do seu povo nem sempre são bem sucedidas, uma vez que são corrigidas pelas convenções estéticas da cultura do colonizador. A última é a fase da luta, chamada de *fase revolucionária e nacionalista*. Nela, o intelectual nativo desperta o povo, unindo-se a ele, promovendo a democratização da conscientização e da expressão cultural e literária, o que resulta em uma reafirmação cultural, a exaltação das conquistas do passado através da literatura e um afastamento da cultura ocidental.

Na concepção de Bhabha, Fanon revela, como nenhum outro escritor,

“a memória da história da raça e do racismo, do colonialismo e da questão da identidade cultural [...] ao ver a imagem fóbica do negro, do nativo, do colonizado, profundamente entremeado na padronagem psíquica do Ocidente, ele [Fanon] oferece ao senhor e ao escravo uma reflexão mais profunda de suas interposições, assim como a esperança de uma liberdade difícil, até mesmo perigosa” (BHABHA, 2007, p. 101-102).

As ideias de Fanon (2004) influenciaram Bhabha - como mostram seus próprios escritos - em suas análises sobre a presença inglesa na Índia, particularmente

no século XIX. Bhabha (2007) discorre sobre três aspectos-chave do processo de construção da identidade em contextos coloniais. Primeiramente, existir significa ser interpelado no que concerne a uma alteridade, isto é, é preciso existir para um Outro. Assim, a construção da identidade do sujeito implica em um desejo dirigido a um Outro, externo, de modo que a identidade constrói-se através da relação de desejo para com o lugar do Outro. Essa concepção refere-se ao sonho do colonizado em ocupar o lugar do colonizador, ao passo que o colonizador vive sob a ameaça de perder seu lugar privilegiado para o colonizado.

A questão do sonho do colonizado – que se torna realidade - de assumir o lugar do colonizador está discutida com maestria em *O morro dos ventos uivantes*. Em primeiro lugar, o herdeiro da família Eanshaw, Hindley, teme perder o controle dos bens da família para o cigano estrangeiro Heathcliff. Em segundo lugar, é exatamente o lugar de Hindley que Heathcliff ocupará legitimamente quando adquire O Morro dos Ventos Uivantes como pagamento de uma dívida de jogo. Em relação à posse de Thrushcross Grange, ele também a adquire, de modo legal, através de casamentos arranjados e assume os dois espaços onde foi marginalizado, passando a ser o senhor de tudo (DIAS, 2011).

Com relação ao segundo aspecto-chave do processo de construção da identidade em contextos coloniais, Bhabha (2007) defende que na relação colonizador/colonizado, marcada pela alteridade, ocorre um processo de *splitting*, isto é, uma cisão resultante do desejo ambíguo de vingança, a qual diz respeito ao fato de que o colonizado sonha em ocupar o lugar do colonizador, mas ao mesmo tempo, não quer abrir mão do seu lugar de colonizado. Isso está relacionado à questão da vingança. O autor observa que o colonizado deseja se ver como colonizado, mas ocupando o lugar do seu antigo opressor. A ambiguidade desta cisão é posta por Fanon na metáfora que dá título ao seu livro, *Pele negra, máscaras brancas* (1983), e assim sintetizada por Bhabha (1994, p. 117; tradução nossa):

“Não é o Eu Colonizado ou o Outro Colonizador, mas a distância perturbadora entre os dois que constitui a figura da alteridade colonial - o artifício do homem Branco inscrito no corpo do homem Negro”.

No processo relacional da constituição da identidade, a alteridade do homem branco constitui o negro, bem como a alteridade do negro constitui o branco; entre eles está a questão do hibridismo. Bonnici (2005a, p. 32) diz que: “hibridismo (em inglês *hybridity*, *in-betweenness*, *liminality*, *creolization*; em espanhol, *mestizaje*) pode ser linguístico, cultural, político, racial”. Para o autor, na teoria póscolonial, o hibridismo foi inicialmente equivalente a uma mera troca cultural, “[...] a qual negava a desigualdade inerente às relações de poder e enfatizava as políticas de assimilação através do mascaramento das diferenças culturais” (p. 32). Assim, o significado de hibridismo sugerido por Bhabha faz com que o sujeito póscolonial coloque seu ponto de vista contra o outro, com o potencial de reverter as estruturas de dominação colonial.

A ideia de hibridismo está implícita nos aspectos relacional e dialógico das relações coloniais, questão discutida por Bhabha (2007) em seu conceito de *mímica*. A *mímica* é uma estratégia que busca apropriar-se e apoderar-se do Outro, e é comum tanto no colonizador quanto no colonizado, embora seja mais comumente discutida em relação ao colonizado na sua busca por copiar o colonizador. Isso acontece quando ele assume os hábitos culturais e valores do colonizador. Bonnici (2005a), ao definir o termo *mímica*, segundo a proposta de Bhabha, destaca que o resultado da *mímica* não significa uma reprodução exata das características do colonizador e, por isso, pode ser subversiva. A *mímica* é uma das estratégias utilizadas por Heathcliff para atingir seus objetivos.

No caso do colonizador, como sua identidade é articulada em relação ao lugar do *outro*, e é marcada pelo temor de perder seu lugar, isso o leva à construção de uma

imagem ou máscara e daí há uma cisão interna na identidade. Bhabha (2007) ilustra a questão da máscara com exemplos da Índia do século XIX sob o domínio inglês. Ele afirma que os ingleses construíram uma imagem de si mesmos como detentores de uma cultura superior. Um dos objetivos era se protegerem das constantes ameaças de revolta dos nativos. A imagem construída de si mesmos seria uma máscara, como na circunstância que envolveu o Raj imperial que culminou com a coroação da rainha Vitória como imperatriz da Índia. A questão é que na Inglaterra e na Europa em geral, os ingleses declaravam-se detentores de uma cultura moderna e liberal democrática. Contudo, essa mesma nação assumia uma imagem antidemocrática, tradicional e despótica na Índia. Ou seja, a Inglaterra produziu uma mímica de si mesma na tentativa de convencer a si própria e aos indianos da sua suposta superioridade cultural e política. Ao comentar essa questão, Souza (2004, p. 122) postula que o hibridismo do processo de mímica está no fato de que “[...] ao mesmo tempo em que a mímica procura apresentar uma imagem convincente do sujeito, essa imagem denuncia o fato de ser apenas aquilo, uma mera imagem”.

Um exemplo de mímica de si mesmo por parte do *colonizador* está expressa em *O morro dos ventos uivantes* com a postura de Cathy após conhecer os Linton. Apesar das semelhanças tanto no comportamento quanto nas convicções em relação a Heathcliff, Cathy constrói uma nova imagem de si mesma, a de uma jovem dama refinada – para ser plenamente aceita pelos vizinhos ricos –, nos moldes de Isabel Linton, sua vizinha, embora em sua essência, Cathy não tenha o comportamento de passividade e submissão de uma jovem dama inglesa, nem mesmo o refinamento esperado (DIAS, 2011).

No terceiro e último ponto, Bhabha (2007) observa que o processo de identificação não está limitado à afirmação de uma identidade preexistente e pressuposta. Na realidade, esse processo diz respeito à produção de uma imagem de identidade que é acompanhada tanto pela tentativa de transformar o sujeito quanto de fazer com que ele assuma essa imagem.

Ao discutir a questão da identificação na teoria de Bhabha, Souza diz que:

“A cisão e a angústia no processo de identificação surgem justamente na percepção do espaço *intersticial e relacional* entre a imagem (a máscara) e a pele; e a percepção desse espaço faz com que o sujeito se esforce mais ainda para tentar eliminar a distância inapagável entre a máscara e a pele, na busca por uma imagem ‘autêntica’” (SOUZA, 2004, p.121).

Souza defende que, ao mostrar o processo relacional na construção da identidade, Bhabha não separa a construção da identidade do colonizado da “construção da identidade do colonizador... [mas destaca] o papel da alteridade e da reação (existir é existir para o Outro) como elementos constituintes da identidade” (SOUZA, 2004, p. 121). Bhabha discute, portanto, a questão da identidade híbrida em ambos os sujeitos dessa relação, ou seja, o colonizador e o colonizado.

Bhabha fez parte do conhecido *Subaltern Studies Group*, um grupo de intelectuais no qual está inserida a autora indiana Spivak. Em 1985, Spivak desafiou a academia ocidental ao perguntar: “Can the subaltern speak?” [O subalterno pode falar?]. O termo subalterno criado por Gramsci referia-se aos sujeitos oprimidos, ou seja, aos membros das classes que ele chamou de subalternas, isto é, aquelas que ocupavam uma posição considerada inferior na sociedade. O termo *subalterno* não se refere simplesmente a um grupo oprimido, mas a um grupo que não tem autonomia e que está sujeito à influência ou à hegemonia de outro grupo social, de modo que não possui uma posição hegemônica (BHABHA, 2007).

Para Bonnici (2005a), quando fala das classes subalternas, Gramsci não se refere apenas aos trabalhadores, mas a todos os grupos humanos excluídos, os quais

não têm voz e encontram-se desunidos para lutar contra o poder hegemônico. Na verdade, o termo *subalterno* pode ser usado para descrever o colonizado-objeto. Segundo Bonnici (2005b, p. 230), ele se refere “[...] a pessoas na sociedade que são o objeto da hegemonia das classes dominantes”. Dessa forma, os integrantes das classes subalternas podem ser trabalhadores rurais, colonizados, operários, dentre outros grupos aos quais o acesso ao poder é vedado, como Heathcliff. Bonnici ressalta que há um grande interesse por parte dos estudos coloniais pela história de grupos subalternos, uma vez que ela é necessariamente fragmentada, especialmente porque sempre está submetida à hegemonia da classe dominante, sujeito da história oficial.

Spivak (1994) lida com questões tais como: os riscos e as recompensas que assombram os estudos da subalternidade, visto que se refere ao relacionamento complicado entre a figura do estudioso e o (des)conhecido sujeito das histórias subalternas. A autora trata de questões ligadas à *representação* e à *representabilidade*, e destaca que o historiador ou investigador corre o risco de apresentar-se como um representante da consciência subalterna. O problema está na questão de quem tem permissão para falar *como* mulheres/subalternos ou *em nome* das mulheres/subalternos, já que não se pode falar por todos e nem todos podem falar ao mesmo tempo.

Spivak (1994) analisa o silenciamento do sujeito colonial e, conseqüentemente, da mulher subalterna através da perspectiva póscolonial feminista. A autora questiona a credibilidade dessa mulher, representada como muda ou ignorada – como Bertha em *Jane Eyre* - e mostra a suposta impossibilidade de resgatar a voz do subalterno feminino ou do sujeito colonizado diante do poder repressivo do colonialismo e do patriarcalismo. Ela discute, ainda, as interseções entre raça, classe e gênero – as duas primeiras questões foram incorporadas ao discurso feminista após o surgimento dos Estudos Póscoloniais. Para a autora, o homem branco, em sua posição privilegiada em relação aos grupos subalternos, nega a possibilidade de voz aos *outros*. A experiência da opressão confere uma jurisdição especial ao direito de falar sobre a mulher, e a representação dela é possível em um discurso no qual os grupos subalternos já são *spoken for*. Assim, Spivak afirma que o sujeito subalterno não tem nenhum espaço a partir do qual possa falar.

Entretanto, Bhabha (2007) defende que o subalterno pode falar, e a voz do nativo pode ser recuperada através da paródia, da mímica e da tática chamada *sly civility* (cortesia dissimulada), que ameaçam a autoridade colonial. A teoria de Spivak e a de Bhabha sobre a fala do subalterno foram questionadas por Parry (2004). Parry levantou a possibilidade de que ambas as teorias, a de Bhabha e a de Spivak, poderiam ser uma máscara para a dominação neocolonial, a qual ela considera uma metamorfose do imperialismo. Parry avalia, ainda, que a mulher da (ex)colônia pode falar e a sua voz é ouvida e respeitada, por exemplo, através dos papéis de curandeira, cantora de músicas sagradas, artista plástica, artesã – embora deva-se considerar que Parry parece não perceber que esses papéis não se limitam apenas à mulher, uma vez que essas manifestações culturais também se estendem aos homens vítimas ou não do colonialismo.

É importante lembrar que Fanon (2004) defende que o colonizado fala e isso acontece quando ele se transforma em um ser politicamente consciente e enfrenta o opressor com antagonismo, como Heathcliff. Relatos de viagens e romances tanto pré- quanto pós- independência escritos por europeus mostram,

“inconscientemente a voz e os atos dos oprimidos. Materializa-se, portanto, o processo de agência, ou seja, a capacidade de alguém executar uma ação livre e independentemente, vencendo os impedimentos processados na construção de sua identidade [...]. Nos

estudos pós-coloniais, a agência é um elemento fundamental, porque revela a autonomia do sujeito em revidar e contrapor-se ao poder colonial” (BONNICI, 2005b, p. 231).

Said (2003) mostra que o subalterno pode falar, um exemplo disso são os movimentos de libertação do século XX. Já Gandhi afirma que:

“A complexa noção de subalternidade é pertinente para qualquer empreitada acadêmica que se preocupa com os relacionamentos historicamente determinados de dominação e subordinação. Ainda assim, são os estudos póscoloniais que têm respondido com grande entusiasmo à pergunta de Spivak “Can the subaltern speak?”” (GANDHI, 1998, p. 2; tradução nossa).

Ghandi ressalta que há pouco consenso nos Estudos Póscoloniais sobre as piores vítimas da opressão colonial ou sobre as mais significantes rebeliões anticoloniais. O certo é que, embora Spivak tenha problematizado acerca da impossibilidade do subalterno falar, esses estudos vieram a representar uma babel de vozes subalternas. Ghandi (1998) observa que o póscolonialismo pode ser visto como uma resistência teórica à amnésia dos desdobramentos do colonialismo. Assim, o póscolonialismo seria um projeto disciplinar que tem como tarefa acadêmica relembrar, visitar e interrogar o passado colonial. Através do retorno à cena colonial, expõe-se um relacionamento de desejo e de antagonismo recíprocos entre o colonizado e o colonizador.

O pensamento de autores como Said, Spivak, Bhabha, dentre outros, tem levantado questões sobre as relações coloniais e póscoloniais que foram decisivas também para a produção e a apreciação crítico-teórica do texto literário. Esses intelectuais ajudaram a mudar o eixo da questão referente à crítica exclusivamente eurocêntrica, embora sofram influência de autores ocidentais, tais como Foucault, Derrida – e sua dialética entre o *eu* e o *outro* está relacionada em parte à desconstrução que tem influência significativa nos Estudos Póscoloniais. Esses críticos póscoloniais formularam teorias para analisar as relações coloniais e póscoloniais e abriram caminhos para uma compreensão ou interpretação mais política acerca da literatura e dos estudos literários póscoloniais.

Diante do exposto, pode-se dizer que, historicamente, e do ponto de vista póscolonial, é possível perceber que a literatura costuma servir, em muitos casos, como importante arma ideológica das metrópoles imperialistas - tanto no seu contexto interno quanto no externo - por referendar a suposta superioridade do poder dominante, ou seja, a literatura costuma servir como elemento mediador entre o real e o imaginário, especialmente porque o texto literário é muitas vezes utilizado para difusão das ideologias dominantes. Assim, em qualquer texto literário, “o contexto real (de uma ordem divina, da história ou de uma determinada sociedade) tem de estar presente no corpo da obra, do contrário lhe faltará significado” (WILLIAMS, 2002, p. 208). Williams defende que a presença do contexto na obra literária pode ser tanto explícita (na ação) quanto implícita (nas suas convenções). Obviamente ele está presente também na linguagem e na ação, uma vez que ambas não podem ser separadas.

Além disso, a literatura da metrópole europeia frequentemente funcionava, sobretudo até meados do século XX, como elemento ideológico para referendar os valores dos colonizadores, difundindo a ideia de superioridade da civilização europeia e a conseqüente rejeição de qualquer manifestação cultural da colônia e/ou de outros povos considerados inferiores trazidos para a Metrópole, embora isso não signifique que tal conduta acontecia sempre de modo planejado. Entretanto, é fundamental considerar que os textos literários não apenas refletem ideologias dominantes, mas servem também como instrumento político para expor o sofrimento dos povos oprimidos, seja em textos literários da metrópole imperialista (a exemplo de *Jane Eyre* e

O morro dos ventos uivantes) seja na literatura produzida em ex-colônias (a exemplo de *Wide Sargasso Sea* (1966) e *Corações Migrantes* (1995) – ambos são reescritas póscoloniais dos romances das irmãs Brontë acima citados).

As narrativas da metrópole imperialista, de modo geral, estiveram a serviço da ideologia dominante e foram amplamente utilizadas como forma de propaganda. JanMohamed (2004) afirma que o texto literário é um local de controle cultural e serve como um instrumento altamente efetivo de determinação do *nativo* ao fixá-lo sob o signo do *Outro*. Mesmo assim, há a possibilidade de subversão do discurso colonial, ou seja, de questionamento, de posicionamento contrário, como se vê em um texto escrito por uma autora inglesa, em um período de expansão imperialista inglesa, *O morro dos ventos uivantes*, quando um estrangeiro liberta-se do poder opressor dos ingleses que o cercam e subjugam-os dentro da Inglaterra.

Boehmer (2005) lembra que desde o princípio das investidas coloniais, não apenas textos em geral, mas a literatura foi um veículo para a interpretação de outras terras, oferecendo ao povo da metrópole uma maneira de pensar sobre a exploração, a conquista de países da África e do Oriente, os valores nacionais e as novas aquisições coloniais. Em virtude disso, a literatura criava espaços para a troca de imagens coloniais e ideais, de modo que os europeus, ao escreverem gêneros, tais como romances, memórias, contos de aventura, dentre outros, alimentavam a visão de mundo dirigida a partir da metrópole colonial, consolidando-a e confirmando-a.

Said (1994) argumenta que as narrativas de ficção como *Robinson Crusoe* (1719), de Defoe foram cruciais para a história e para o mundo do império, pois elas documentam o que os romancistas narravam sobre as regiões para eles estranhas do mundo. Tais narrativas também se tornaram um veículo através do qual os povos colonizadores asseguraram sua identidade e a existência da própria história. Said acrescenta que o poder de narrar ou de bloquear outras narrativas de se formarem e emergirem é muito importante para a cultura e para o imperialismo, pois a cultura e as formas estéticas que contém derivam da experiência histórica.

Uma das definições acerca da literatura colonialista é que ela é uma exploração e “uma representação de um mundo na fronteira da 'civilização', um mundo que não foi (ainda) domesticado pela significação europeia ou codificado em detalhes pela sua ideologia” (JANMOHAMED, 2004, p. 18; tradução nossa). Na ficção, aquele mundo é retratado como incontrolável, caótico e mau. O autor afirma que o desejo do homem do império é conquistar e dominar o reino colonial em um confronto que envolve diferenças de idioma, raça, costumes, valores e modos de produção. Assim, em vez de explorar o outro racial e vê-lo como uma ponte para possibilidades de sincretismo, a literatura da metrópole simplesmente afirma seu próprio etnocentrismo, preservando as estruturas da mentalidade do seu povo e usa o nativo para refletir a autoimagem do colonizador.

Embora os textos da metrópole excluam, muitas vezes, a presença de nativos (MORETTI, 2003) ou os reduza à condição de seres inferiores que precisam ser civilizados e cristianizados, vê-se em *A tempestade* (1611), de Shakespeare, por exemplo, que o conhecimento colonial era também produzido através da negociação com os nativos como a incorporação das suas ideias, ou seja, havia uma certa relação de *dependência*, não assumida, do saber nativo – este era desqualificado oficialmente – para o controle da nova terra e de seus segredos. Além disso, nesta peça, Calibã recupera a própria voz, uma vez que desafia a figura do colonizador, Próspero, e defender a história pregressa da ilha. Calibã responde ao homem branco europeu, denunciando a usurpação e a inobservância, por parte do invasor, da lei local de herança. Para Loomba (1998), Shakespeare deu à sua história o *status* de alegoria do encontro colonial.

A literatura colonial escrita na perspectiva do colonizador promoveu, ainda, o binarismo entre o que é europeu e o *outro* não-europeu de modo negativo. Said (2003) sugere que isso aconteceu principalmente porque a construção da perspectiva binária faz parte da política de autoridade colonial, a qual é responsável por promover a ordem interna e a externa à metrópole. A fabricação da imagem de si mesmos como superiores e a do *outro* como inferior, funciona como estratégia de manutenção da autoridade, uma vez que influencia o consciente coletivo tanto do colonizador quanto do colonizado em uma busca constante pela superação dos próprios medos. Esses medos são refletidos na necessidade de impor-se e controlar o desconhecido, inclusive através da distorção da imagem do *outro*, do diferente.

Por conseguinte, os efeitos do imperialismo sobre os colonizados, bem como as respostas dadas à invasão pelos nativos, geralmente aparecem discretamente nos escritos da época em que ocorreram. Mesmo assim, a reação dos nativos aos desdobramentos dos encontros coloniais é sentida, e Boehmer (2005) a chama de “o espaço do adversário”, por revelar o poder do subalterno de perturbar e distorcer representações idealizadas de caráter negativo sobre si mesmo. Contudo, conforme Boehmer, a ficção de cunho colonialista é praticamente vazia de personagens indígenas, pois o que é interessante retratar são as aventuras dos homens brancos, ou seja, dos colonizadores, de modo que não há interesse em narrativas que não apresentem envolvimento de europeus e de seus feitos.

É importante destacar que os romances do século XIX contribuíram para reforçar a imaginação do império, sobretudo ao refletirem o *status quo*, e retratavam importantes pontos para os valores imperiais, um deles é a representação do espaço. Desde o final do século XVIII, muitas propriedades – na forma de casas, plantações, escravos – concentravam-se nas colônias e figuram apenas como um lugar remoto para arranjos e negócios. De acordo com Moretti (2003, p. 37), nos romances da virada do século XVIII para o XIX, “as colônias são uma presença ubíqua: são mencionados em dois romances em cada três e as fortunas feitas no exterior chegam a um terço, senão mais, da riqueza nesses textos”. De qualquer modo, a presença das colônias nas narrativas da época é simbólica, porque elas removem a produção de riqueza “para mundos distantes, em cuja realidade efetiva a maioria dos leitores do século XIX não estava ‘nem um pouco interessada’ (como os primos de Fanny)” (MORETTI, 2003, p. 37), em *Mansfield Park* (1814), de Jane Austen. Moretti destaca, ainda, que as fortunas coloniais são apresentadas em comentários apressados; quanto às próprias colônias, poucos romances ingleses representam-nas diretamente.

Deve-se destacar ainda que, embora a tradição literária inglesa presente, em sua maioria hegemônica, os aspectos até aqui discutidos, ou seja, de validação dos ideais imperialistas eurocêntricos, houve resistência por parte de autores, intelectuais e políticos ingleses contra aspectos do colonialismo e seus desdobramentos. Desde o século XVIII, por exemplo, figuras proeminentes do império inglês - a exemplo de William Wilberforce (1759–1833), um político britânico, filantrópico e líder do movimento abolicionista – empenharam-se, por exemplo, na luta pelo fim da escravidão, a qual foi conquistada na Inglaterra em 1772 e, em todo o império inglês, em 1833. Mesmo assim, Wilberforce era a favor do império inglês (MEYER, 1996).

O início do século XIX foi um período que trouxe expressivas contestações por parte de ingleses às atrocidades realizadas por compatriotas. Muitos europeus começaram a questionar o colonialismo e o imperialismo, visto que relatos circularam sobre o tratamento dispensado pelas potências europeias aos povos de culturas consideradas primitivas. Foi também uma época em que se inflamaram debates sobre a ocupação inglesa da Índia. Por isso, muitos autores ingleses destacaram o valor das culturas pré-comerciais e o revidaram contra as influências corruptoras do imperialismo comercial e dos valores *civilizados*.

William Wordsworth, por exemplo, escreveu o panfleto *The convention of Cintra* (1809), elogiando a resistência espanhola e portuguesa às investidas napoleônicas. Ele escreveu ainda poemas sobre a independência nacional e a liberdade, nos quais celebra as guerrilhas e eleva figuras de resistência ao posto de heróis patrióticos, tais como os camponeses da Áustria. Já Byron enalteceu as amazonas em *Child Harold's Pilgrimage* (1812), invertendo as normas “polidas” da feminilidade que o mundo moderno e *civilizado* impunha às mulheres. Walter Scott, por sua vez, escreveu sobre questões semelhantes em seu poema *The visions of Don Roderick* (1811). Scott, em seu fascínio pessoal pelas campanhas peninsulares, foi motivado a escrever esse poema pela sua romântica identificação com os heróis ibéricos. No poema, o autor cria paralelos entre os espanhóis em seus esforços contra os franceses; e os escoceses, contra invasores vindos do sul. Entretanto, deve-se considerar que os autores acima mencionados estavam mais preocupados com as questões ligadas à liberdade entre seus pares europeus, não especificamente com a condição do homem não-europeu e de raça diferente.

As obras citadas no parágrafo acima mostram que seus autores – os favoritos de Emily Brontë - parecem mais preocupados com questões externas à própria metrópole imperialista. Entretanto, escrever sobre a ameaça de uma potência europeia a outra(s), e de posse de relatos sobre danos causados a países e a povos vítimas do colonialismo, permitiu aos autores refletirem sobre o imperialismo inglês. Na fase final de sua vida, a própria Emily Brontë escreveu poemas contra as guerras pela aquisição de território que movimentavam a Europa. Davies (1999) afirma que, em 1848, pouco antes de eclodirem revoluções pela Europa, Emily Brontë estava a caminho de tornar-se uma *poeta da guerra*, pois estava se dedicando à escrita sobre as classes sociais e a guerra em suas poesias. Ela chegou, inclusive, a escrever poemas sobre o ódio inexorável do oprimido pela condição do opressor.

Aliando-se ideologicamente a Wordsworth, Byron, Scott e outros autores sobre a questão da liberdade – mesmo Brontë sendo mais veementemente questionadora e subversiva de uma tradição imperialista - ainda que inicialmente no anonimato e na reclusão de sua casa - Emily Brontë solidariza-se com a condição do *outro* racial, e confere-lhe um lugar de destaque no seu romance, ao utilizar-se da figura do *colonizado* que se torna *colonizador*: Heathcliff (DIAS, 2011).

Diferente de autores tais como Elizabeth Gaskell e Dickens, Brontë não estava voltada para os desdobramentos da Revolução Industrial na Inglaterra, ou até mesmo sobre o imperialismo inglês nas colônias. Ela discute em seu romance uma preocupação com aspectos negativos do império no contexto interno – a exemplo do tratamento dispensado a povos de raças escuras em território inglês - que segundo Boehmer (2005), torna-se uma tendência mais fortemente sentida e debatida na literatura inglesa no final do século XIX, embora, inicialmente, sem o viés tão subversivo de Brontë.

No que diz respeito à representação ficcional de encontros coloniais, as obras literárias inglesas, em geral, mostram que as implicações dos encontros coloniais não estão apenas refletidas na linguagem utilizada ou nas imagens do *outro*, isto é, não são apenas pano de fundo. As relações com o desconhecido ou com o pseudoconhecido são pontos centrais desses textos, porque mostram o que eles têm a dizer sobre identidade, relacionamentos e cultura. O que se percebe é que a literatura e a linguagem estão profundamente interligadas na construção de um discurso que promoveu o binarismo entre um *eu* europeu e um *eu* não-europeu. Diante disso, a função do romance dentro do projeto imperialista inglês e europeu, de modo geral, foi tão significativo que Said (1994, p. 69; tradução nossa) afirma que “[S]em império, eu ousaria dizer que não haveria romance europeu como nós conhecemos[...]”, mesmo

porque no romance europeu encontra-se o personagem institucional que representa os interesses do Estado. Por isso, para Said, o romance foi imensamente importante na formação tanto das atitudes, quanto das referências e experiências imperiais dos colonizadores.

Brennan (2004) afirma que críticos ingleses recusaram-se a dar um lugar compreensível à questão da dominação e seus materiais literários, até porque a ascensão do moderno Estado-nação na Europa no final do século XVIII e início do século XIX é inseparável das formas e dos temas da literatura imaginativa. O autor observa, ainda, que as atividades políticas do moderno nacionalismo dirigiam o curso da literatura através dos conceitos Românticos do *personagem folclórico* e da língua nacional para divisões da literatura - amplamente ilusórias - em distintas literaturas nacionais, de modo que a literatura participou na formação das nações através da criação da *mídia impressa nacional*: o jornal e o romance. Estes ajudaram a promover um padrão de linguagem, encorajaram a alfabetização e removeram a incompreensão mútua. Suas maneiras de apresentação permitiram ao povo imaginar a comunidade especial que era a nação, e o romance foi peça chave na definição da nação enquanto uma *comunidade reconhecível* (WILLIAMS, 1975).

Williams (1975) fala de uma preocupação específica de romancistas na Inglaterra, na década de 1840 – a década das irmãs Brontë -, em relação a uma nova fase da civilização que estava sendo formada e expressa em virtude dos desdobramentos da Revolução Industrial. A percepção da chegada de uma nova fase foi um dos motivos que levou a literatura a fazer constantes referências a si mesma como participante da expansão europeia além-mar, validando e criando novas *estruturas de sentimento*, que davam apoio, elaboravam e consolidavam a prática do império.

Na década de 1840, o romance inglês atingiu o *status* de *a forma estética* e a principal voz intelectual, por assim dizer, na sociedade inglesa. Assim,

“o romance ganhou um lugar tão importante na 'questão da condição da Inglaterra', por exemplo, que nós podemos vê-lo também participando do império inglês além-mar. Ao projetar o que Raymond Williams chama de uma 'comunidade reconhecível' de homens e mulheres ingleses, Jane Austen, George Eliot e Mrs. Gaskell moldaram a ideia da Inglaterra de tal modo que deu-lhe identidade, presença, modos de articulação reutilizáveis [...]. Assim, a Inglaterra foi pesquisada, avaliada, conhecida, enquanto que o 'exterior' era apenas referido ou mostrado brevemente” (SAID, 1994, p. 72; tradução nossa).

Deve-se destacar ainda que, os autores do império inglês no século XIX eram herdeiros de uma longa e bem estabelecida tradição de interpretações simbólicas e, segundo Boehmer (2005), os vitorianos tornaram-se provavelmente os mais ativos e apaixonados disseminadores dos sonhos imperiais testemunhados na história moderna. Escritores tais como Trollope e Dickens, dentre outros, retrataram o império e sua força tanto em seus romances *Vanity Fair* (1848) e *Great Expectations* (1861), quanto em seus ensaios jornalísticos. Esses escritores participaram da representação do império e poder da Inglaterra, percebendo-o como lugar comum. Boehmer (2005) também observa que mesmo uma obra aparentemente indiferente às questões do império ou que tratasse do império de modo remoto indicava que se percebia sua presença como algo comum. A esse respeito, Said (1994) ressalta que os romances refletiam questões do domínio do império, mesmo quando não eram sobre ele. Essa necessidade de refletir as questões do império manifestava-se através de simples menções a produtos vindos das colônias, como o xale indiano em *North and South* (1855) de Mrs. Gaskell.

Já no período áureo do imperialismo inglês, o final do século XIX, segundo Said (1994), é a época em que o romance torna-se proeminente. Os imperialistas ingleses compartilhavam de uma imagem heroica de si mesmos como conquistadores e civilizadores do mundo, a qual é espalhada para o resto da Europa. A diferença em relação ao início do século XIX era o aspecto industrial e o poder militar da Inglaterra, a potência industrial e militar da época, bem como suas ideologias relacionadas à moral, à cultura e à supremacia racial. Onde quer que a Inglaterra colocasse uma cruz ou criasse uma cidade e/ou uma colônia era proclamada uma nova história e o passado local tornava-se sem importância. Entretanto, Boehmer (2005) comenta que com a proximidade do novo século, a autoconfiança imperial deu lugar a preocupações, tais como as refletidas em *Coração das trevas* (1899), de Conrad, ou seja, surge uma percepção sobre os danos e as perdas que envolviam o império britânico.

Apesar dos excessos patrióticos, para a Grã-Bretanha, a virada do século XIX para o XX foi um período de crescente dúvida sobre si mesma e, em alguns casos, de pânico cultural relacionado a instabilidades nas colônias, além do nacionalismo irlandês, do socialismo, da Nova Mulher, do progresso prometido pela ciência na metade da Era Vitoriana parecer agora remoto e do crescente poder dos Estados Unidos. A apreensão era também em relação à miscigenação nas colônias, a creolização, ou seja, o contato com o outro criou vulnerabilidade, como mostram obras de R. L. Stevenson e Kipling, de modo que o protagonista do romance do final do século XIX é alguém que percebeu que seu projeto de vida – o desejo de ser grande, rico ou distinto – era mera fantasia, ilusão, sonho (SAID, 1994). Said lembra que esse despertar não se encontra em *Kim* (1901), de Kipling, mas sim em *Judas, o Obscuro* (1895) de Hardy, por exemplo.

O que se percebe na virada do século XIX e no início do século XX é um contraste em relação à literatura da metade da Era Vitoriana, pois refletia uma indisfarçável incerteza e a desintegração de antigos valores absolutos. Isso é o que caracteriza a escrita, por exemplo, de autores do início do século XX, tais como: D. H. Lawrence em *Kangaroo* (1923); Virgínia Woolf em *Mrs. Dalloway* (1925); E. M. Foster com *A passage to India* (1924). Boehmer (2005) afirma que, havia na época questionamentos direcionados a problemas domésticos ou coloniais e, enquanto a dúvida e o pessimismo deles eram amplamente considerados sintomas do Modernismo europeu, é também provável que a retirada imperial do período tenha contribuído ou reforçado a incerteza deles.

Já para Brennan (2004) o romance do império, em suas versões clássicas modernistas, por exemplo, *Coração das trevas*, e *A passage to India*, eram cegos no que se refere aos impactos de um sistema mundial amplamente dirigido pelos interesses anglo-americanos, entretanto, muitos escritores se envolveram apaixonadamente e contraditoriamente em algumas das realidades humanas da dominação mundial. Contudo, no início do século XX, como mostra Boehmer (2005), movimentos de oposição, de resistência e de autoafirmação estavam começando a emergir mais sistematicamente nos territórios coloniais da Grã-Bretanha. Esse momento de ações nacionalistas anti-imperiais, a exemplo do nacionalismo irlandês, buscava a inversão dos valores imperiais. A mensagem era de defesa das virtudes da cultura nativa, caracterizada como rica, pura e autêntica, tão bem advogada por Yeats.

Boehmer (2005) destaca, ainda, uma espécie de coincidência em relação ao fato de que a metrópole começou a reconhecer de modo mais aberto e flexível a presença dos outros por volta do final do século XIX e início do XX, e que autores colonizados estavam se apropriando com mais intensidade de gêneros, convenções simbólicas e estruturas modernas europeias para expressar sua própria identidade, como por exemplo, em obras tais como *The story of an African farm* (1883) da anglo-africana Olive Schreiner, um dos primeiros romances sobre a Nova Mulher, e *In days*

when the world was wide (1896), do australiano Henry Lawson. A retórica da autodeterminação cultural dos autores metropolitanos do século XIX começou a ativar os movimentos de oposição colonial. Assim, autores modernistas na metrópole formaram um contraponto e um correlato para o que estava acontecendo fora do centro.

Nesse contexto, Said (1994) afirma que a era conhecida como alto ou clássico imperialismo terminou aproximadamente com o desmantelamento das grandes estruturas coloniais após a segunda guerra mundial. Entretanto, pode-se dizer que de uma maneira ou de outra, aquelas estruturas continuaram a exercer uma considerável influência cultural ao longo do século XX que permanece no XXI.

REFERÊNCIAS

- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (eds). *The post-colonial studies reader*. New York: Routledge, 2004.
- BHABHA, Homi K. Remembering Fanon: self, psyche and the colonial condition. In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (eds). *Colonial discourse and post-colonial theory*. New York: Columbia University Press, 1994.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. 4a reimpressão. Trad. De Myrian Ávila. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BOEHMER, Elleke. *Colonial & postcolonial literature*. New York: Oxford University Press, 2005.
- BONNICCI, Thomas. Conceitos-chave da teoria pós-colonial. Maringá: UEM, 2005a (Coleção Fundamentum, no. 12).
- BONNICCI, Thomas. Teoria e crítica póscolonialista. In: Bonnici, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: UEM, 2005b.
- BRENNAN, Timothy. The nation longing for form. In: ASHCROFT, B. et al. *The post-colonial studies reader*. New York: Routledge, 2004.
- BRONTË, Emily. *O morro dos ventos uivantes*. Trad. de Oscar Mendes. Porto Alegre: Abril, 1971.
- CABAÇO, José Luiz; CHAVES, Rita. Frantz Fanon: colonialismo, violência e identidade cultural. In: JÚNIOR, Benjamin Abdala (org). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Trad. de Diná Kleve. São Paulo: Summus, 2000.
- DAVIES, Steve. *Emily Brontë: heretic*. London: The Women's Press, 1999.
- DIAS, Daise Lillian Fonseca. *A subversão das relações coloniais em O morro dos ventos uivantes: questões de gênero*. Tese. (Doutorado em Literatura e Cultura) Departamento de Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- FANON, Franz. On national culture. In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (eds). *Colonial discourse and post-colonial theory*. New York: Columbia University Press, 1994.
- FANON, Franz. *The wretched of the earth*. New York: Grover Press, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- GANDHI, Leela. *Postcolonial theory: a critical introduction*. New York: Columbia University Press, 1998.
- JANMOHAMED, Abdul R. The economy of Manichean allegory. In: ASHCROFT, B. et al. *The post-colonial studies reader*. New York: Routledge, 2004.
- LOOMBA, Ania. *Colonialism/postcolonialism*. Longon: Routledge, 1998.
- McCLINTOCK, Anne. The Angel of progress: pitfalls of the term 'post-colonialism'. In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (eds). *Colonial discourse and post-colonial theory*. New York: Columbia University Press, 1994.
- MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu: 1800 – 1900*. Trad. de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PARRY, Benita. Problems in current theories of colonial discourse. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (eds). *The post-colonial studies reader*. New York: Routledge, 2004.
- SAID, Edward W. *Culture and imperialism*. New York: Vintage Books, 1994.
- SAID, Edward W. *Orientalism*. 25th anniversary edition. New York: Vintage Books, 2003.
- SOUZA, Lynn Mário T. Menezes de. *Hibridismo e tradução cultural em Bhabha*. In: JÚNIOR, Benjamin Abdala (org). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- SPIVAK, Gayatri C. "Can the subaltern speak?" In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (eds). *Colonial discourse and post-colonial theory*. New York: Columbia University Press, 1994.
- WILLIAMS, Raymond. *The country and the city*. New York: Oxford University Press, 1975.
- WILLIAMS, Raymond. *Tragédia moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.